

Candidato (a): Preencher com letra de forma.	
Assinatura: Conforme o documento	
Documento de identificação:	
Cargo:	Conselheiro(a) tutelar
Cidade:	Caruaru- PE

CADERNO DE QUESTÕES
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ECA

- Leia atentamente toda a prova antes de iniciá-la.
- Verifique se a impressão e quantidade de questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal;
- A prova contém 50 questões, 35 questões de múltipla escolha e 15 questões discursivas.
- A prova é individual;
- O tempo total de aplicação da prova será de 4 horas;
- A prova e o preenchimento da folha de respostas devem ser realizados em até 3h30 caso queiram levar a o caderno de prova;
- Responda a avaliação com caneta azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão reconsideradas após contestação;
- Assinale a resposta no local a isto destinado e não rasure, pois, caso o faça, a questão não será considerada;
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa, nas de múltipla escolha.
- A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- Qualquer consulta/comunicação a/com terceiros e/ou a outros meios ensejará a atribuição de reprovado;
- Todas as folhas de resposta devem ser preenchidas com o nome do candidato.
- Não é permitido nenhum outro tipo de consulta externa (cola), tão pouco o uso de ECA, celulares e/ou qualquer aparelho eletrônico (a observância de um destes fatos eliminará o candidato do processo de escolha).

Boa Sorte!

Questões de Múltipla Escolha

1-Segundo o Parágrafo único do Art. 2 do Estatuto da criança e do adolescente, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente às pessoas entre:

- a) dezoito e vinte e um anos de idade.
- b) doze e vinte e um anos de idade.
- c) dezoito e vinte anos de idade.
- d) dezoito e dezenove anos de idade.
- e) Vinte e vinte e um anos de idade.

2 – Responda com base no Art. 258-A do Estatuto da criança e do adolescente: Qual a penalidade se a autoridade competente deixar de providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros previstos no art. 50 e no § 11 do art. 101 da Lei 8.069/90:

- a) Pena - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais).
- b) Responsabilização administrativa.
- c) Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais).
- d) Multa de seis salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- e) Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

3- Conforme o Art. 197-A- Estatuto da criança e do adolescente, os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual conste:

- I - Qualificação completa;
- II - Dados familiares;
- III-Cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável;
- IV - Cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;
- V - Comprovante de renda e domicílio;
- VI - Atestados de sanidade física e mental;
- VII - certidão de antecedentes criminais;
- VIII - certidão negativa de distribuição cível.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II estão corretas e as demais estão incorretas.
- b) Somente as alternativas IV, V e VIII estão corretas.
- c) As alternativas I e II estão incorretas e as demais estão corretas.
- d) Somente de I a VII estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

4- Dentre os requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta

conforme o Art. 165 da lei 8.069/90, assinale a alternativa incorreta:

- a) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste;
- b) Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo;
- c) Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;
- d) Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão;
- e) Declaração de comprovação de vínculo empregatício e condições financeiras do requerente.

5- Decidindo sobre a concessão de guarda provisória ou do estágio de convivência da criança e do adolescente, marque a alternativa que corrobora com o Art. 167 da Lei nº 8.069/1990:

- a) O Ministério Público, de ofício ou a representação das partes ou da autoridade judiciária determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interdisciplinar;
- b) A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de avaliação psicológica ou, se possível, declaratória por equipe interprofissional;
- c) A Defensoria pública, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional;
- d) A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe técnica do Conselho tutelar;
- e) A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão de guarda provisória bem como, no caso adoção, sobre o estágio de convivência;

6- Nos últimos anos foram realizadas algumas alterações na Lei 8.069/1990 em seu Art. 18-A e 18-B, nesse sentido a Lei 13.010 de 26 de junho de 2014 (Menino Bernardo) estabelece:

- a) O direito de viajar desacompanhado dos pais ou responsáveis para outras comarcas;
- b) O direito de trabalhar a partir dos 14 anos em período noturno;
- c) O direito de contestar as medidas aplicadas pela autoridade judicial, ouvido o Conselho tutelar;
- d) O direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos;
- e) O direito de estudar em ensino remoto para não comprometer o trabalho;

7- É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, conforme preconiza o Art. 82- Lei 8.069/1990, salvo:

- a) Se autorizado ou acompanhado pelo juiz da infância e juventude.
- b) Se autorizado ou acompanhado pelo Conselho Tutelar através de Termo de Responsabilidade.
- c) Se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- d) Se autorizado ou acompanhado pelo responsável do Ministério Público.
- e) Se autorizado ou acompanhado pelos dirigentes das instituições de acolhimento institucional.

8- Segundo o Art. 171- Lei 8.069/1990 o adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado:

- a) À autoridade judiciária.
- b) Aos pais ou responsáveis.
- c) À Defensoria pública.
- d) À autoridade policial.
- e) Ao Conselho Tutelar.

9- Segundo o ECA, as Medidas de proteção aplicadas pelo Conselho tutelar para a criança e ao adolescente segundo o Art. 101 da Lei 8.069/1990, dispõem inclusive sobre:

- a) Inclusão em grupos operacionais, estatutários e organizacionais sobre os direitos sociais.
- b) inclusão em trabalhos oficiais públicos e privados destinatários de proteção apoio, defesa, promoção e proteção da família da criança e adolescente.
- c) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitário de proteção apoio, e promoção da família da criança e adolescente.
- d) Encaminhamento para atendimento terapêutico em serviços de saúde e grupos de proteção,

promoção e defesa para a família da criança e do adolescente.

- e) Acompanhamento para proteção, promoção e defesa da família da criança e do adolescente que teve os direitos ameaçados ou violados.

10- Considerando o Art. 173 da Lei 8.069/1990, em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos arts. 106, parágrafo único, e 107, deverá:

I-Promover propositura de antecipação de provas circunstanciais;

II-Lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente;

III-Apreender o produto e os instrumentos da infração;

IV-Requisitar os exames ou perícias necessárias à comprovação da materialidade e autoria da infração;

V-Representar perante a Defensoria pública para nomear um tutor;

Assinale a alternativa correta.

- a) I e V.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) Apenas IV e V.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

11- Segundo o Art. 232 da Lei 8.069/1990 marque qual a alternativa que apresenta a pena para quem submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

- a) Pena - detenção de um ano a dois anos.
- b) Pena - detenção de seis meses a dois anos e multa de dois salários mínimos.
- c) Pena - detenção de seis meses a dois anos, podendo ser revestida em multa.
- d) Pena - detenção de seis meses a dois anos.
- e) Pena - detenção de 03 meses a um ano e meio.

12- Segundo o Parágrafo único do 4º Artigo do ECA, marque somente a alternativa das apresentadas que não compreende a garantia de prioridade:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) Atendimento prioritário nos serviços públicos e privados;

d) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

e) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

13 – Segundo o Artigo 93 da Lei 8.069/1990 diz que “As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.”

Marque a alternativa que corresponde às referidas entidades.

a) Equipes Técnicas;

b) Conselheiros Tutelares;

c) Instituições de Acolhimento Institucional;

d) Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos;

e) Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança;

14- Conforme o Art. 6º da Lei 8.069/90 na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas:

a) Em desenvolvimento.

b) Em vulnerabilidade.

c) Em desproteção social.

d) Em situação irregular.

e) Em aprendizagem.

15- Atente-se a questão referente ao inciso I do Art. 149 da Lei 8.069/1990:

Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhados dos pais ou responsável.

Assinale a alternativa incorreta dentre as apresentadas:

a) estádio, ginásio e campo desportivo;

b) bailes ou promoções dançantes;

c) escolas e instituições de atendimento à saúde;

d) casa que explore comercialmente diversões eletrônicas;

e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

16- Conforme o Art. 148 da Lei 8.69/90, sobre a competência da Justiça da Infância e da Juventude, marque quais das alternativas não compreendem o referido Artigo.

a) Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

b) Conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

c) Conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;

d) Conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;

e) Conhecer dos serviços nas áreas das áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

17- Compreendendo o Art. 122 do Estatuto da criança e do adolescente, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - Por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a questão I está correta;

b) Apenas as questões I e II estão corretas;

c) A questão III está correta e as questões I e II estão incorretas;

d) Todas as questões estão corretas;

e) Nenhum dos exemplos citados se aplicam ao referido Artigo;

18- Dentre as alternativas apresentadas, assinale a que corresponde estritamente a uma das atribuições do Conselho tutelar em seu Art.136:

a) Aplicar penalidades nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

b) Representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas

cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

c) Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes quando estiverem desacompanhados dos pais e responsável.

d) Representar à autoridade policial ou ao Ministério Público para solicitar a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

e) Designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente.

19- Segundo o Art. 157 da Lei 8.069/90 havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante:

- a) Termo de responsabilidade.
- b) Concessão de guarda.
- c) Restituição do pátrio poder.
- d) Curatela
- e) Adoção.

20- Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do art. 147.

I- Pelo domicílio dos pais ou responsável;
II- Pelo domicílio eleitoral dos pais ou responsáveis;
III- Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, na companhia dos pais ou responsável.

IV- Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II;
- b) Somente III e VI;
- c) Apenas II e III;
- d) Apenas II;
- e) Apenas I e IV;

21- Segundo o parágrafo único do artigo 134 da Lei 8.069/90, constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao:

a) Funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros;

b) Funcionamento do Conselho de Direitos e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares;

c) Funcionamento do Conselho Tutelar e à orientação dos membros;

d) Funcionamento do Conselho estadual e à remuneração dos conselheiros tutelares;

e) Funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos profissionais que compõem a Rede de Proteção;

22- De acordo com o artigo 230 do ECA, em que acarreta privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente:

a) Detenção de seis meses a três anos e pagamento de fiança

b) Detenção de seis meses a dois anos.

c) Pena de cinco meses a um ano e pagamento de fiança.

d) Pena de três a onze meses, sem possibilidade de fiança.

e) Detenção de seis meses a dois anos e pagamento de multa.

23- O artigo 75 do ECA determina que “toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e aos espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária”. Por outro lado, ressalva que deverão estar acompanhados dos pais ou do responsável aqueles com idade menor de:

a) sete anos

b) oito anos

c) dez anos

d) onze anos

e) doze anos

24- Conforme o Art. 262 do ECA, enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas:

a) Pela autoridade judiciária.

b) Pela autoridade ministerial.

c) Pela autoridade tutelar.

d) Pela autoridade estatutária.

e) Pela autoridade familiar

25- A guarda, a tutela e a adoção são consideradas, conforme dispõe o artigo 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Seção III e Subseção I):

- a) Direitos fundamentais inconstitucionais.
- b) Formas de fortalecimento de vínculos familiares.
- c) Medidas de acolhimento institucional.
- d) Institutos da filiação natural.
- e) Formas de colocação em família substituta.

26- Conforme o Artigo 1º da Lei nº 8.069/1990, o que dispõe esse primeiro artigo, sobre a criança e o adolescente:

- a) dispõe sobre a situação irregular.
- b) dispõe sobre a proteção integral.
- c) dispõe sobre a desproteção integral.
- d) dispõe sobre a assistência social.
- e) dispõe sobre a integralidade.

27- Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica conforme Art. 243, pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se:

- a) o fato não constitui crime de natureza leve.
- b) o fato não constitui dependência química.
- c) o fato não constitui crime mais grave.
- d) o fato constitui contravenção penal.
- e) o fato constitui crime mais grave.

28- Observe atentamente a afirmativa abaixo completando com os termos previstos no artigo 237 da Lei 8.069/90, que versa sobre Crimes em Espécies contra crianças e adolescentes.

Subtrair criança ou adolescente ao _____ de quem o tem sob sua _____ em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em _____, pena de _____ de dois a seis anos, e multa.

- a) poder, guarda, lar substituto, reclusão.
- b) cuidado, guarda, abrigos, detenção.
- c) poder, tutela, lar substituto, detenção.
- d) domínio, curatela, abrigos, reclusão.

e) domínio, curatela, abrigos, reclusão.

29- Observando o que dispõe estritamente o Art. 9º do ECA, o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno:

- a) Apenas aos filhos de mães submetidas a medida protetiva.
- b) inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- c) Exceto aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- d) Somente aos filhos de mães submetidas a medida protetiva.
- e) Somente aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

30- O Art. 173 do ECA diz, em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos arts. 106, parágrafo único, e 107. Atribua V para verdadeiro e F para falso:

- Efetuar prisão em flagrante;
- Lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente;
- Realizar oitiva com a presença dos conselheiros tutelares
- Apreender o produto e os instrumentos da infração;
- Requisitar os exames ou perícias necessárias à comprovação da materialidade e autoria da infração.

Assinale a alternativa correta:

- a) VVFFV
- b) FVFFV
- c) VFVFF
- d) VFFVV
- e) FVFFV

31- Assinale a alternativa correta de acordo com o Art. 12 do ECA:

- a) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, exceto as unidades neonatais, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- b) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, deverão proporcionar condições para a permanência em

tempo parcial dos pais e responsáveis, nos casos de internação de criança ou adolescente.

- c) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, exceto as unidades neonatais, não são obrigados a proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- d) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- e) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, exceto de terapia intensiva, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

32- Conforme o Art. 155 da Lei 8.069/90, marque a alternativa que complementa a frase corretamente:

O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do

- a) Do Ministério Público ou de quem detenha a guarda.
- b) Do judiciário ou de quem tenha legítimo interesse.
- c) Do Conselho tutelar após reiteradas tentativas de fortalecimento dos vínculos familiares.
- d) Do Ministério Público ou de quem tenha a curatela.
- e) Do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

33- Conforme reza o Art. 98 do ECA, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicadas em que momento pelo Conselho Tutelar:

- a) Somente quando os direitos estão violados.
- b) somente quando os pais negligenciam.
- c) em razão de sua conduta.
- d) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta.
- e) Somente quando a Escola e Hospital precisa do Conselho Tutelar.

34- Em seu artigo 165, o Estatuto da criança e do adolescente dispõe sobre a colocação de crianças e adolescentes em família substituta, sendo requisitos para a concessão desses pedidos:

I - Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste;

II - Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo;

III - Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;

IV - Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão;

V - Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

Dentre as apresentadas, marque a alternativa correta.

a) As afirmativas I, II, III, estão corretas e as IV e V são falsas;

b) As afirmativas I, III e V estão corretas e as II e IV são falsas;

c) As afirmativas I, II, IV são corretas e as III, V são falsas;

d) Nenhuma das alternativas estão corretas;

e) Todas as afirmativas estão corretas;

35- De acordo com o artigo 18-A que foi acrescido pela Lei 13.010/14, Lei do Menino Bernardo:

A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de _____ ou de _____ ou _____, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos _____ executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

a) castigo físico, tratamento cruel, degradante, agentes públicos.

b) negligência, maus tratos, degradantes, conselheiros do CMDCA.

c) castigos físicos, negligência, humilhação, agentes públicos.

d) negligência, tratamento cruel, humilhações, conselhos de diretos.

e) humilhação, maus tratos, degradantes, profissionais da Rede.

Questões Discursivas

36- De acordo com o Art. 90 e 95 do ECA, quais são as Entidades Governamentais (art.97) que o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário devem fiscalizar, cite três entidades de atendimentos.

37- Um adolescente, foi apreendido acusado de ter praticado ato infracional e conduzido à Delegacia durante o período da noite, porém estando desacompanhado de seus pais ou responsáveis a Autoridade competente entrou em contato com o Conselho tutelar para que os conselheiros tutelares comparecessem para se responsabilizar pelo adolescente.

Com base na Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações, responda qual deve ser a resposta do colegiado diante da situação exposta?

38- De acordo com o Art. 90 e 95 do ECA, quais são as entidades Não-Governamentais (art.97) que o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário devem fiscalizar, cite três entidades de atendimentos.

39- Uma senhora procurou a creche mais próxima de sua residência para matricular sua criança, porém no atendimento realizado na secretaria da instituição de ensino foi-lhe questionado se estaria trabalhando e ao informar que no momento está desempregada a vaga lhe foi negada com a justificativa de que são apenas para famílias que precisam trabalhar e não têm com quem deixar suas crianças.

Segundo o direito à educação preconizado no Estatuto da criança e do adolescente posicione-se relativamente sobre as atribuições do conselho tutelar com base na situação exposta.

40- O Artigo 131 da Lei 8.069/90 apresenta a natureza jurídica do Conselho Tutelar, comente qual é a função do Órgão Conselho Tutelar, de acordo com o disposto legal.

41- O Conselho tutelar requisitou serviços públicos na área da Assistência Social para atender uma demanda relativa à violação de direitos da criança e do adolescente, porém não foi atendido e não houve justificativa para tal negativa de atendimento. Qual medida deverá tomar o Conselho tutelar seguindo o que preconiza a Lei 8.069/90?

42- Uma Instituição pública de ensino fundamental, entrou em contato com via telefone com o Conselho tutelar para solicitar que os conselheiros tutelares comparecessem com urgência para repreender um aluno que estava se portando de forma indisciplinada. O Estatuto da criança e do adolescente, apresenta em seu contexto interações entre os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental e o Conselho tutelar, diante do contexto apresentado, posicione-se relativamente sobre as atribuições do conselho tutelar em situações como esta.

43- Descreva qual o posicionamento segundo as atribuições do Conselho Tutelar com base no ECA sobre a seguinte situação: Uma emissora de rádio transmitiu em seu programa de notícias policiais detalhes sobre um caso que repercutiu na cidade pela gravidade dos fatos que se tratavam de violência sexual contra duas crianças e divulgou inclusive os dados pessoais das vítimas do crime ocorrido e o local onde se encontravam hospitalizadas.

44- No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente é o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Sobre o direito à liberdade, discorra sobre o que é assegurado no ECA.

45- Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Lei 8.069/90). Segundo o Parágrafo único do referido Artigo, descreva o que compreende a garantia de prioridade:

COMANDO PARA AS QUESTÕES 46 A 50.

Dentre as novas atribuições do Conselho Tutelar descritas no Art. 136 descreva 05 (cinco) atribuições (das oito novas) implementadas no ECA advindas da Lei nº 14.344/22, (Lei Henry Borel).

QUESTÃO 46- (Atribuição)

QUESTÃO 47-(Atribuição)

QUESTÃO 48-(Atribuição)

QUESTÃO 49-(Atribuição)

QUESTÃO 50-(Atribuição)

RASCUNHO